

Relatório UTAO n.º 4/2021

Apreciação económico-financeira do Sector Empresarial do Estado: janeiro a setembro de 2020

Coleção: Acompanhamento das Parcerias Público-Privadas e do Sector Público Empresarial

24 de fevereiro de 2021

Ficha técnica

A análise efetuada é da exclusiva responsabilidade da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) da Assembleia da República. Nos termos da [Lei n.º 13/2010, de 19 de julho](#), a UTAO é uma unidade especializada que funciona sob orientação da comissão parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, prestando-lhe assessoria técnica especializada através da elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre gestão orçamental e financeira pública.

Este estudo, orientado e revisto por Rui Nuno Baleiras, foi elaborado por António Antunes.

Título: Apreciação económico-financeira do Sector Empresarial do Estado: janeiro a setembro de 2020

Coleção: Acompanhamento das Parcerias Público-Privadas e do Sector Público Empresarial

Relatório UTAO N.º 4/2021

Data de publicação: 24 de fevereiro de 2021

Data-limite para incorporação de informação: 05/02/2021

Disponível em: <https://www.parlamento.pt/sites/COM/XIVLeg/5COF/Paginas/utao.aspx>.

Índice Geral

Índice Geral.....	i
Índice de Tabelas	i
Índice de Gráficos	i
Tabela de siglas, abreviaturas e acrónimos	ii
Sumário executivo	1
1 Introdução	3
2 EBITDA e resultado líquido	5
3 Receitas e gastos totais	6
4 Endividamento	8
Anexo: dados numéricos e terminologia do SEE	11

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Situação Financeira do SEE: 3.º trimestre de 2019 — 3.º trimestre de 2020	11
--	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Situação Financeira do SEE: EBITDA e Resultado Líquido, 3.º Trim. 2019 — 3.º Trim. 2020	6
Gráfico 2 – Situação Financeira do SEE: receita e gastos totais, 3.º Trim. 2019 — 3.º Trim. 2020	8
Gráfico 3 – Situação Financeira do SEE: endividamento, 3.º Trim. 2019 — 3.º Trim. 2020	10

Tabela de siglas, abreviaturas e acrónimos

Sigla/abreviatura	Designação
AdC	Administração Central
AdL	Administração Local
AdR	Administração Regional
AP	Administrações Públicas
AR	Assembleia da República
COF	Comissão de Orçamento e Finanças
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
EBIT	<i>Earnings Before Interest, Taxes</i> , designação inglesa para "Resultados Antes de Juros e Impostos"
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> , designação inglesa para "Resultados Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização"
EPF	Empresa(s) Pública(s) Financeira(s)
EPNF	Empresa(s) Pública(s) Não Financeira(s)
EPNR	Empresa(s) Pública(s) Não Reclassificada(s)
EPR	Empresa(s) Pública(s) Reclassificada(s)
M€	Milhões de Euros
p.	Página
p.p.	Pontos percentuais
PPP	Parceria(s) Público-Privada(s)
SIRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SEE	Sector Empresarial do Estado
SEL	Sector Empresarial Local
SER	Sector Empresarial Regional
SPE	Sector Público Empresarial
UTAM	Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial
UTAO	Unidade Técnica de Apoio Orçamental

Sumário executivo

1. Este relatório analisa a situação económico-financeira do Sector Empresarial do Estado (SEE) no período de janeiro a setembro de 2020, contrastando-a com o desempenho no período homólogo imediatamente anterior. Os parágrafos abaixo resumem as principais conclusões da UTAO, que são devidamente justificadas nas secções seguintes. Os números indicados cobrem 135 empresas de um universo com 149.
2. Nos primeiros nove meses de 2020 as empresas que integram o SEE reduziram os níveis de EBITDA e os seus Resultados Líquidos. A degradação destes indicadores financeiros verificou-se de uma forma geral em todas as desagregações consideradas: Empresas Públicas Financeiras, Empresas Públicas Não Financeiras, Empresas Públicas Reclassificadas e Empresas Públicas Não Reclassificadas. O nível de EBITDA registado pelo conjunto de empresas públicas que integram o SEE diminuiu 493 M€ em termos homólogos, em resultado da quebra na receita total (- 122 M€) e do aumento dos gastos totais (+ 371 M€). Os Resultados Líquidos reduziram-se em 413 M€, passando de um valor positivo, mas próximo de zero (35 M€ no 3.º trimestre de 2019) para um valor negativo (- 378 M€). Refira-se, por contraste com as restantes empresas, o comportamento das Empresas Públicas Reclassificadas, no que respeita à receita total, uma vez que registaram um ligeiro aumento deste indicador (+ 52 M€; + 0,9%) entre janeiro e setembro de 2020, face ao período homólogo.
3. Tal como referido, no período em análise as empresas que integram o SEE, no seu conjunto, foram duplamente afetadas, quer pela diminuição de receita total (- 122 M€) quer por um aumento dos gastos (+371 M€). Tendo em conta o perímetro orçamental para 2020, é de referir que o impacto negativo foi mais acentuado entre as Empresas Públicas Não Reclassificadas, as quais registaram uma quebra homóloga da receita total de 174 M€ e um aumento dos seus gastos totais em 204 M€. Por seu lado, as Empresas Públicas Reclassificadas para dentro do perímetro orçamental também evidenciaram um maior nível de gastos (+167 M€), tendo, contudo, compensado parcialmente este facto com um maior nível de receita total (+52 M€).
4. No seu conjunto, o nível global de endividamento das empresas que integram o SEE diminuiu nos primeiros nove meses de 2020, face ao registado em igual período do ano anterior, pese embora este resultado tenha sido alcançado com contributos diferenciados. Os subconjuntos definidos pelas Empresas Públicas Não Financeiras e Empresas Públicas Reclassificadas reduziram os seus níveis de endividamento, enquanto as Empresas Públicas Financeiras e as Empresas Públicas Não Reclassificadas aumentaram homologamente deste indicador.

1 Introdução

5. A situação económico-financeira das empresas públicas até final do terceiro trimestre de 2020 é o tema deste relatório. Recorre a uma bateria de indicadores retirados da contabilidade das empresas, organizada segundo o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), para comparar o desempenho do universo entre 1 de janeiro e 30 de setembro de 2020 com o do período homólogo de 2019. O parágrafo 8 abaixo explica por que é que o objeto não cobre a totalidade do ano de 2020. Este relatório integra uma coleção mais ampla que abrange também a análise das Parcerias Público-Privadas (PPP). Difere do relatório anterior ([Relatório UTAO n.º 19/2020](#), de 27 de julho) por analisar, de forma autónoma, a situação financeira do Sector Empresarial do Estado (SEE). A opção de proceder à análise das PPP e do SEE em relatórios autónomos foi tomada para corresponder à recomendação formulada neste sentido pela Comissão de Orçamento e Finanças (COF) sobre o Plano de Atividades da UTAO para a corrente sessão legislativa. O número anterior, acima identificado, analisou o desempenho das empresas nos anos de 2018 e 2019 e no primeiro trimestre de 2020.

6. A organização empresarial facilita a eficiência na afetação de recursos quando o bem ou serviço é privado e é possível cobrar preços aos beneficiários do mesmo. Inúmeras funções económicas do sector público são prestadas através de organizações do tipo empresarial. Ensina a ciência económica que duas condições necessárias, embora não suficientes para isso dever acontecer, são características técnicas do bem ou serviço a prestar à comunidade: existência de rivalidade no consumo (*i.e.*, o bem ser privado) e possibilidade de exclusão de consumidores. Reunidas estas condições, a eficiência na afetação de recursos recomenda o financiamento do custo de provisão através de preços cobrados diretamente aos consumidores. Quer isto dizer que, para produtos com estas duas propriedades, a oferta dos mesmos deve ser capaz de identificar os custos de fornecimento bem como de consignar a receita dos preços ao financiamento da provisão. A empresa especializada no fornecimento de determinado bem ou serviço é uma forma organizativa particularmente adequada para garantir a identificação dos custos próprios desse produto em concreto e a consignação da receita. Além do mais, a legislação de muitos países, como a portuguesa, faculta um maior grau de agilidade na gestão da provisão de bens e serviços a estruturas de tipo empresarial do que a estruturas de tipo administrativo. O leitor interessado encontra uma explicação económica mais desenvolvida em Baleiras *et al.* (2018),¹ pp. 20–24 e 27–28.

7. O tema complementa outras coleções da UTAO. Historicamente, o sector público deteve um elevado número de estruturas de tipo empresarial que não consolidava contas com o sector institucional das Administrações Públicas (AP). A prestação pública sistemática e tempestiva sobre a situação económico-financeira destas estruturas foi globalmente deficiente, particularmente no retrato da posição consolidada entre as vertentes administrativa e empresarial do sector público. Na primeira metade da última década ocorreu um emagrecimento significativo no sector público empresarial, por extinção e fusão de unidades, a par da reclassificação estatística da maioria das empresas públicas; uma parte significativa do sector público empresarial (aos três níveis de jurisdição territorial: central, regional e local) passou a estar integrada no sector institucional das AP, sob a forma de Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central, da Administração Regional ou da Administração Local. Fruto desta reclassificação, as coleções da UTAO que acompanham a dívida, assim como a programação e a execução orçamentais das AP, refletem forçosamente os contributos das empresas públicas assim reclassificadas para o desempenho das AP e de cada um dos seus subsectores. Porém, fazem-no com três limitações. Primeira, têm que recorrer ao único sistema contabilístico que o Ministério das Finanças possui (ainda) para agregar contas das unidades orgânicas das AP, que é a contabilidade orçamental de caixa. Como se sabe, é um sistema muito insuficiente para caracterizar a atividade económica de qualquer agente, seja ele empresarial ou não. Segunda, a informação disponível para as análises da UTAO naquelas coleções não permite identificar o contributo individual nem coletivo das empresas reclassifica-

¹ BALEIRAS, Rui Nuno, DIAS, Rui e ALMEIDA, Miguel (2018), [Finanças Locais: Princípios económicos, instituições e a experiência portuguesa desde 1987](#). Coleção Livros do CFP, n.º 1, Lisboa: Conselho das Finanças Públicas. Disponível nos formatos ePUB e PDL, Consult. 22/02/2021.

das para os resultados das AP. Terceiro, ao focarem-se no universo AP, aquelas coleções não conseguem monitorizar o comportamento das empresas públicas pertencentes a outros sectores institucionais. Ora bem, este relatório visa suprir, pelo menos em parte, estas três limitações. A análise baseia-se no subsistema financeiro da contabilidade das próprias empresas públicas, recorrendo a indicadores capazes de dar uma visão sinóptica sobre a situação económico-financeira destas entidades. São consideradas não apenas as empresas que integram as AP mas também as que estão classificadas noutros sectores institucionais; pela sua expressão material, avulta a das empresas financeiras. A terminar, reconheça-se que a informação tratada ao longo das próximas páginas tem dois óbices ao nível da consolidação de contas, inultrapassáveis por os indicadores advirem diretamente dos sistemas de informação contabilística de cada empresa. Primeiro, não permitem o retrato consolidado do universo empresarial público. Segundo, não permitem o retrato consolidado do sector público, empresarial e administrativo.

8. A informação utilizada tem por base o Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) tendo sido divulgada pela UTAM. Esta informação abrange 135 empresas do chamado "Sector Empresarial do Estado" (SEE), de um total de 149 nas quais o Estado tem influência dominante e o acionista é a DGTF ou uma empresa por si detida, encontrando-se atualizada a 5 de fevereiro de 2021. A informação contabilística foi produzida pelas empresas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Têm surgido no portal da UTAM ao longo das últimas semanas dados agregados sobre o quarto trimestre de 2020, ainda antes, portanto, de as contas anuais terem sido aprovadas pelas assembleias gerais das empresas respetivas. Já houve dados para 57 empresas, mais tarde substituídos por outros cobrindo 85 empresas e, no dia em que a UTAO publica este relatório, os dados apresentados no sítio da UTAM resultam da soma de 107 empresas. Trata-se ainda, de um número distante dos 137 cobertos nos segundo e terceiro trimestres² de 2020 ou mesmo dos 133 agregados no primeiro. São números provisórios (não estão aprovados pelas assembleias-gerais na grande maioria dos casos) e manifestamente incompletos, deixando ainda de fora empresas com dimensão significativa (exemplos: Parpública — Participações Públicas, SGPS, SA; EMEF — Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA; AICEP — Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE; STCP Serviços — Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, L.ºa; várias empresas do grupo Águas de Portugal). Foi por estas razões que a UTAO entendeu limitar ao terceiro trimestre de 2020 o objeto de análise deste relatório.

9. Por ora, o radar nesta coleção apenas cobre as empresas tituladas ou dominadas pelo Estado. Tal como nas demais coleções, a UTAO depende da informação primária produzida por outras instituições para realizar as suas análises. A Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM), pertencente ao Ministério das Finanças, recolhe, trata e publica informação contabilística apenas sobre as empresas na órbita do subsector Estado (o chamado Sector Empresarial do Estado, SEE) e não necessariamente todas. Conforme está escrito no seu [portal Internet](#), a informação produzida "cobre a totalidade das empresas do SEE em que o Estado tem influência dominante e o acionista é a DGTF ou uma empresa por si detida, direta ou indiretamente". No futuro, em função da disponibilidade de dados e recursos humanos na UTAO, o universo de análise poderá abranger também as empresas públicas tituladas ou dominadas pelas Administrações Regional (SER) e Local (SEL).

10. Tendo em conta a heterogeneidade no universo de empresas que integram o SEE, são realizadas duas desagregações. A primeira atende ao sector de atividade económica predominante para distinguir entre Empresas Públicas Financeiras (EPF) e Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF). A segunda desagregação reflete a classificação das empresas face ao sector institucional das Administrações Públicas, distinguindo entre as que o integram e, portanto, dentro dele consolidam contas (as chamadas Empresas Públicas Reclassificadas, EPR) e as que pertencem a outros sectores institucionais (as Empresas Públicas Não Reclassificadas, EPNR).³ Para este efeito, recorreu-se a um conjunto de indicadores finan-

² Dá-se conta que a 05/02/2021, data de extração da base de dados, havia 135 empresas com números do 3.º trimestre nessa base. A 24/02/2021 já eram 137.

³ As entidades que compõem o SEE distribuem-se, para efeitos de contabilidade nacional, entre a categoria de unidades institucionais "Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central" (nele cabendo as EPR) e os sectores institucionais "Sociedades Financeiras" (no qual ficam as EPF não reclassificadas) e "Sociedades Não Financeiras" (agrupando as EPNF que não são reclassificadas).

ceiros, designadamente: receita total (volume de negócios e outras receitas), gastos totais (gastos operacionais e outros gastos), EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, designação inglesa para lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), EBIT (ou seja, resultados antes de juros e impostos), resultado financeiro, resultado líquido, *cash flow*, endividamento, rentabilidade do ativo e rentabilidade do capital próprio.

11. Um glossário dos principais conceitos contabilísticos utilizados consta da Caixa 1. A especificidade das variáveis de contabilidade financeira, ainda tão incomum nos reportes e nas análises consolidadas de finanças públicas, justifica a inclusão do pequeno dicionário das variáveis usadas neste documento. É a Caixa 1 presente no final do Anexo.

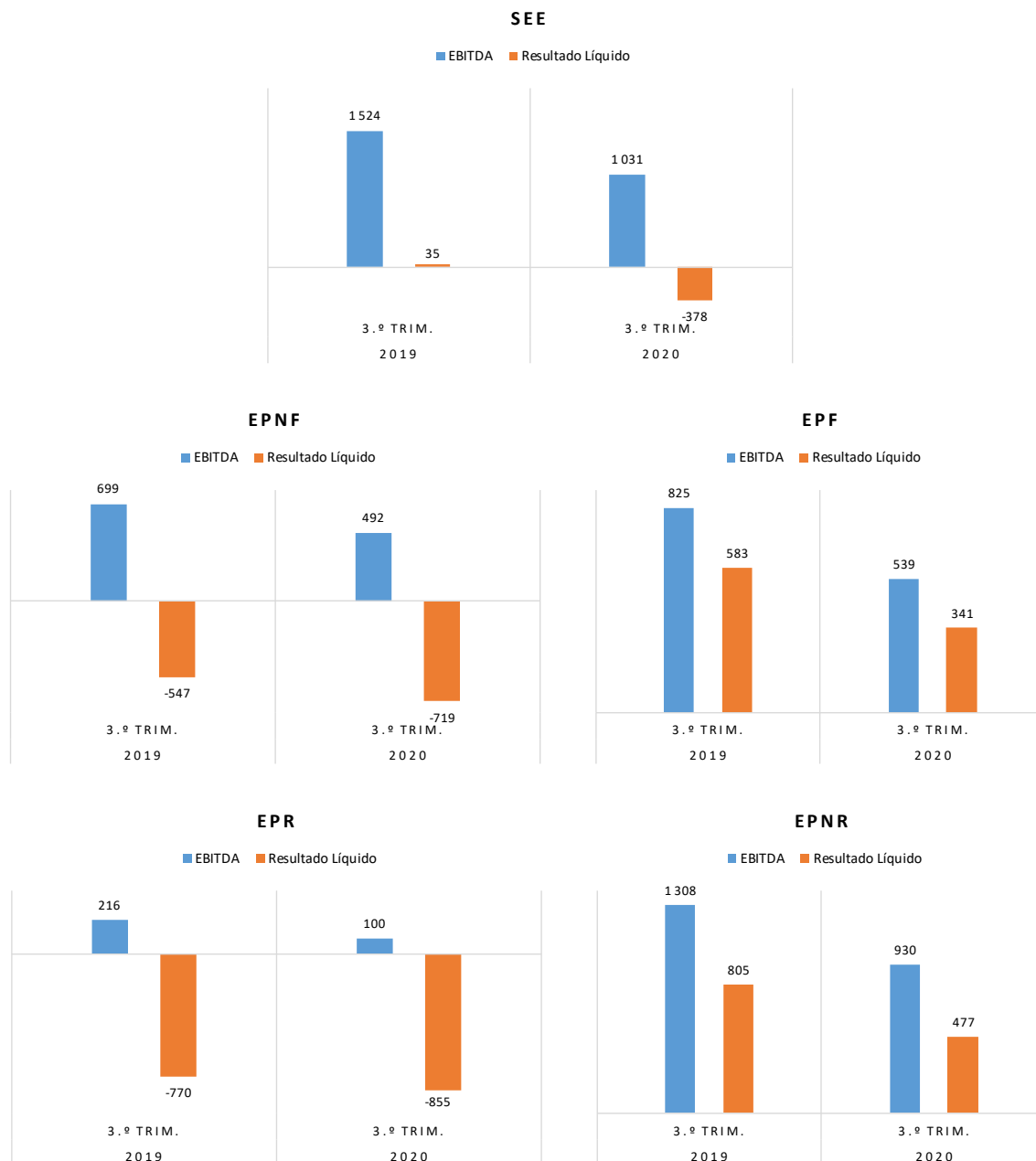
12. Os indicadores económico-financeiros estão assim organizados. O EBITDA e resultado líquido surgem na Secção 2, as Receitas e os Gastos Totais na Secção 3 e o Endividamento na Secção 4. A caixa com o glossário fecha o documento no Anexo.

2 EBITDA e resultado líquido

13. Em termos globais, entre janeiro e setembro de 2020, as empresas que integram o SEE reduziram os níveis de EBITDA e Resultado Líquido. A degradação destes indicadores financeiros ocorreu em todos as desagregações consideradas, EPF/EPNF e EPR/EPNR. O EBITDA alcançado pelo conjunto de empresas públicas que integram o SEE (135 observadas neste período, de um total de 149 acompanhadas pela UTAM) diminuiu 493 M€ no período de janeiro a setembro de 2020, face ao período homólogo. Passou, com efeito, de 1524 M€ no 3.º trimestre de 2019 para 1031 M€ no 3.º trimestre de 2020. Relativamente aos Resultados Líquidos, a degradação foi de 413 M€, tendo-se reduzido de 35 M€ no 3.º trimestre de 2019 para - 378 M€ no 3.º trimestre de 2020. A degradação da situação financeira das empresas entre o 3.º trimestre de 2019 e o período homólogo de 2020 abrangeu todos os subconjuntos do universo SEE:

- As EPNF (126 de um total de 137) diminuíram os EBITDA em 206 M€ e agravaram os Resultados Líquidos em 172 M€;
- No mesmo sentido, as EPF (nove de um total de 12) registaram uma diminuição no EBITDA de 286 M€ e nos Resultados Líquidos de 242 M€;
- As EPR (77 de um total de 83) diminuíram os EBITDA em 115 M€ e os Resultados Líquidos em 85 M€;
- Por seu lado, as EPNR (58 de um total de 66) registaram uma diminuição no EBITDA de 378 M€ e nos Resultados Líquidos de 328 M€;
- Para maior detalhe, consultar o Gráfico 1 abaixo e a Anexo: dados numéricos e terminologia do SEE
- Tabela 1 presente no Anexo.

Gráfico 1 – Situação Financeira do SEE: EBITDA e Resultado Líquido, 3.º Trim. 2019 — 3.º Trim. 2020
(em milhões de euros)



Fontes: Ministério das Finanças, UTAM — Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: Para maior detalhe sobre o universo e o número de empresas consideradas em cada um dos cálculos, consultar a informação mais detalhada constante do Anexo.

3 Receitas e gastos totais

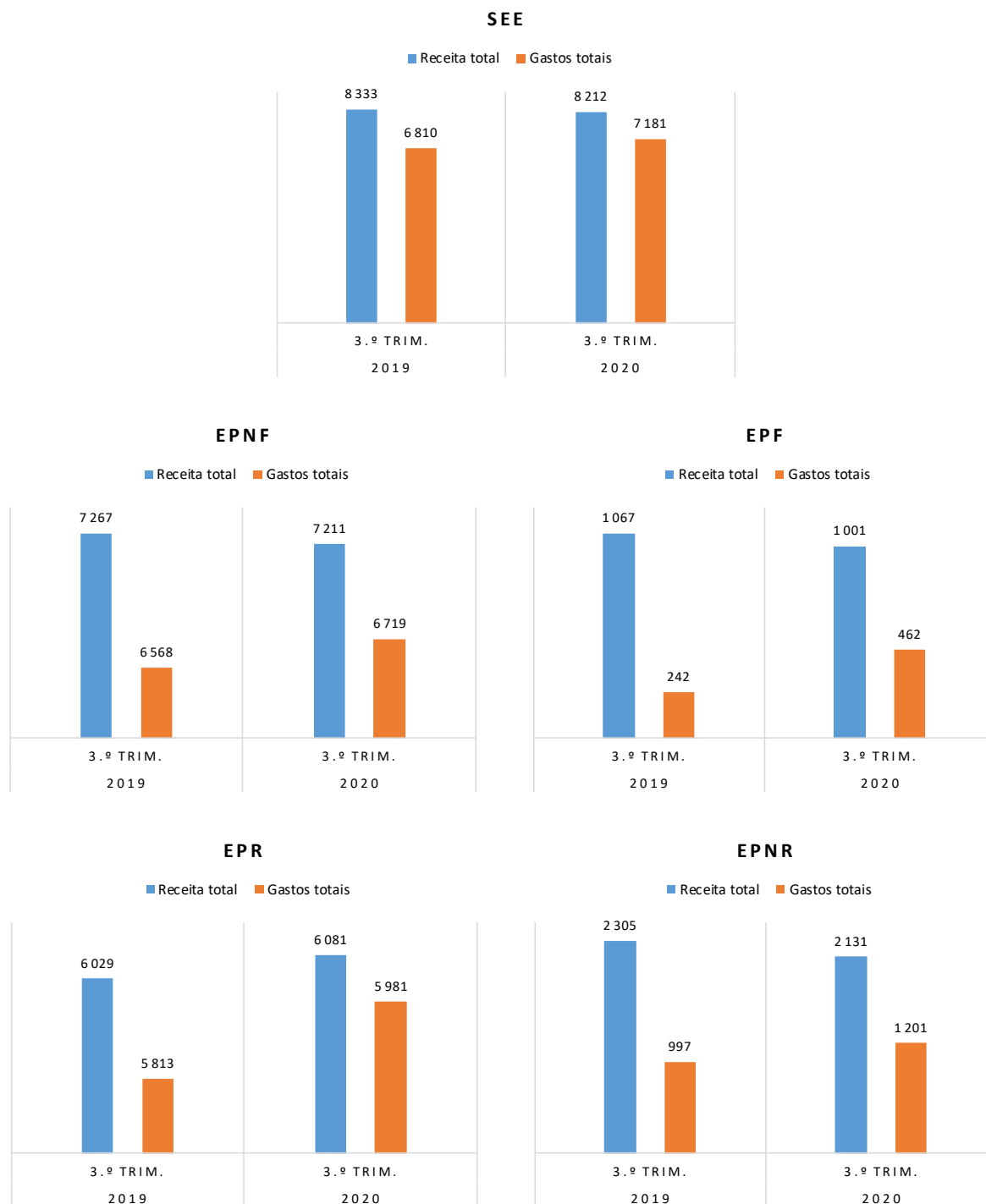
14. No seu conjunto, as empresas que integraram o SEE registaram, entre janeiro e setembro de 2020, uma diminuição da receita total e um aumento dos gastos totais. O comportamento das EPR apresenta-se distinto, na medida em que coletivamente aumentaram a receita total, face ao período homólogo de 2019. A receita total⁴ alcançada pelo conjunto de empresas públicas que integram o SEE (135 de um total de 149) diminuiu 122 M€ (- 1,5%) no período de janeiro a setembro de 2020, face ao período homólogo, de 8333 M€ no 3.º trimestre de 2019 para 8212 M€ no 3.º trimestre de 2020. Relativamente aos gastos totais, o crescimento foi de 371 M€ (+5,5%), de 6810 M€ no 3.º trimestre de 2019 para 7181 M€ no

⁴ O conceito "receita total" é utilizado pela fonte (UTAM) na aglutinação de empresas. Salvo melhor opinião, não parece ser a designação mais correta, nos termos do padrão contabilístico em uso (o SNC), para confrontar com o indicador "gastos totais". Ver definição de ambos na Caixa 1, p. 11.

3.º trimestre de 2020. Desta forma, os primeiros nove meses de 2020 foram negativamente afetados, quer por uma diminuição da receita total quer por um aumento dos gastos totais das empresas que integram o SEE, com um impacto agregado de – 493 M€, com reflexo direto no EBITDA alcançado. As EPR registaram um comportamento divergente no que respeita à receita total, a qual registou um crescimento, sendo possível concluir o seguinte:

- As EPNF (126 de um total de 137) diminuíram a receita total em 56 M€ (– 0,8%) e aumentaram os gastos totais em 151 M€ (+2,3%);
- As EPF (9 de um total de 12) registaram uma diminuição da margem financeira de 66 M€ (– 6,2%) e um aumento dos gastos totais em 220 M€ (+91,2%);
- Pelo contrário, as EPR (77 de um total de 83) aumentaram a receita total em 52 M€ (+0,9%) e os gastos totais em 167 M€ (+2,9%);
- As EPNR (58 de um total de 66) registaram uma redução na receita total de 174 M€ (– 7,5%) e um aumento dos gastos totais de 204 M€ (+20,5%);
- Para maior detalhe, consultar o Gráfico 2 abaixo e a Anexo: dados numéricos e terminologia do SEE
- Tabela 1 constante do Anexo.

Gráfico 2 – Situação Financeira do SEE: receita e gastos totais, 3.º Trim. 2019 — 3.º Trim. 2020
(em milhões de euros)



Fontes: Ministério das Finanças, UTAM — Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: Para maior detalhe sobre o universo e o número de empresas consideradas em cada um dos cálculos, consultar a informação mais detalhada constante do Anexo.

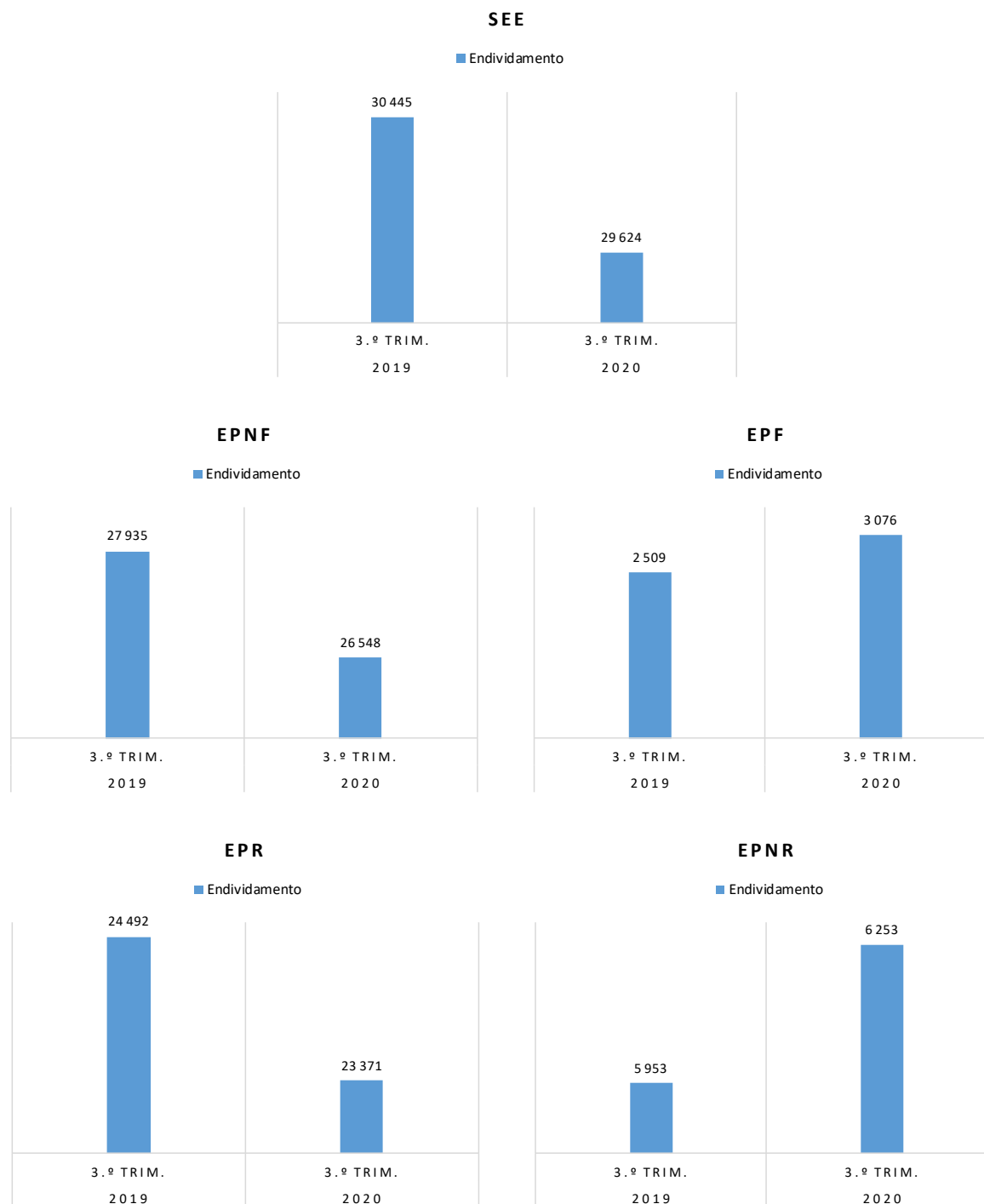
4 Endividamento

15. O nível global de endividamento das empresas que integram o SEE diminuiu nos primeiros nove meses de 2020, com contributos diferenciados entre EPNF/EPR e EPF/EPNR. Com efeito, as EPNF e as EPR contribuíram para a redução do nível global de endividamento no SEE, enquanto as EPF e as EPNR registaram um aumento deste indicador. O endividamento registado pelo conjunto de empresas públicas que integram o SEE (135 de um total de 149) diminuiu 821 M€ (- 2,7%) no período de janeiro a setembro de 2020, face ao período homólogo, de 30 445 M€ no 3.º trimestre de 2019 para 29 624 M€ no 3.º trimestre

de 2020. Tendo em conta a divisão das empresas públicas que integram o SEE por área de atividade, EPNF/EPF, e a sua inclusão/exclusão do perímetro orçamental, EPR/EPNR, é possível concluir o seguinte:

- As EPNF (126 de um total de 137) diminuíram o endividamento em 1388 M€ (- 5,0%) enquanto as EPF (nove de um total de 12) registaram um aumento do seu nível de endividamento de +567 M€ (+ 22,6%);
- As EPR (77 de um total de 83) diminuíram o nível de endividamento em 1121 M€ (- 4,6%), pelo contrário, as EPNR (58 de um total de 66) aumentaram o nível de endividamento em 300 M€ (+ 5,0%);
- Para maior detalhe, consultar o Gráfico 3 abaixo e a Anexo: dados numéricos e terminologia do SEE
- Tabela 1 constante do Anexo.

Gráfico 3 – Situação Financeira do SEE: endividamento, 3.º Trim. 2019 — 3.º Trim. 2020
(em milhões de euros)



Fontes: Ministério das Finanças, UTAM — Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: Para maior detalhe sobre o universo e o número de empresas consideradas em cada um dos cálculos, consultar a informação mais detalhada constante do Anexo.

Anexo: dados numéricos e terminologia do SEE

Tabela 1 – Situação Financeira do SEE: 3.º trimestre de 2019 — 3.º trimestre de 2020

(em milhões de euros e em percentagem)

Universo	SEE: 149 empresas		Emp. Não Financeiras: 137		Emp. Financeiras: 12		EPR: 83		EPNR: 66	
	N.º Empresas em análise		126		9		77		58	
Ano	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Trimestre	3.º Trim.	3.º Trim.	3.º Trim.	3.º Trim.	3.º Trim.	3.º Trim.	3.º Trim.	3.º Trim.	3.º Trim.	3.º Trim.
Receita total	8 333	8 212	7 267	7 211	1 067	1 001	6 029	6 081	2 305	2 131
Volume de negócios/Margem financeira (Emp. Financeiras)	7 000	6 388	6 428	5 859	571	530	5 329	4 855	1 671	1 533
Outras receitas	1 334	1 823	838	1 352	496	471	700	1 226	634	598
Gastos totais	6 810	7 181	6 568	6 719	242	462	5 813	5 981	997	1 201
Gastos operacionais	6 949	7 005	6 456	6 579	494	426	5 747	5 893	1 202	1 112
Outros gastos	-140	176	112	140	-252	36	66	87	-206	89
EBITDA	1 524	1 031	699	492	825	539	216	100	1 308	930
EBIT/Resultado antes de imposto (Emp. Financeiras)	748	272	-26	-213	774	485	-269	-355	1 017	627
Resultado Financeiro	-437	-428	-437	-428	0	0	-462	-456	25	28
Resultado Líquido	35	-378	-547	-719	583	341	-770	-855	805	477
Cash Flow	903	190	120	-61	784	251	-341	-455	1 245	645
Endividamento	30 445	29 624	27 935	26 548	2 509	3 076	24 492	23 371	5 953	6 253
Rentabilidade do Ativo	0,52%	0,18%	-0,04%	-0,32%	0,98%	0,57%	-0,49%	-0,64%	1,13%	0,66%
Rentabilidade do Capital Próprio	2,48%	0,68%	0,61%	-0,66%	7,41%	4,26%	-0,57%	-1,68%	6,56%	3,86%

Fontes: Ministério das Finanças, UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: Para cada conjunto de informação é indicado no cabeçalho de cada quadro o número de empresas que integram o universo e o número de empresas que integram a informação apresentada. Tendo em conta a especificidade das empresas públicas financeiras, a principal componente da receita é designada por "margem financeira" (e não por "volume de negócios") e utiliza-se o conceito de "resultado antes de imposto" em vez de EBIT utilizado para as restantes empresas públicas.

Caixa 1 – Glossário de termos de contabilidade financeira

Cash Flow: é um indicador de liquidez utilizado para avaliar os resultados gerados pelas entidades no período em análise e a sua capacidade para satisfazer as suas obrigações de curto prazo, sendo apurado da seguinte forma:

$$\text{Cash Flow} = \text{Resultado Líquido} + \text{Depreciações e Amortizações} + \text{Provisões e Imparidades}$$

EBIT: designação inglesa para *Earnings Before Interest and Taxes*, correspondendo ao Resultado antes de Gastos de Financiamento e Impostos.

EBITDA: designação inglesa para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciations and Amortizations*, correspondendo ao Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos.

Endividamento: entende-se por endividamento a soma dos Financiamentos Obtidos Correntes e Não Correntes.

Gastos operacionais: corresponde à soma dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e dos Gastos com o pessoal.

Gastos totais: os gastos representam uma diminuição dos benefícios económicos futuros relacionados com uma diminuição num ativo ou com um aumento de um passivo e que possam ser mensurados com fiabilidade. Gastos totais corresponde à soma de todos os gastos, designadamente: dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), dos Gastos com o Pessoal, dos Gastos de Depreciação e de Amortização, das Perdas por Imparidade, das Perdas por Reduções de Justo Valor, das Provisões do Período, dos Outros Gastos e Perdas e dos Gastos e Perdas de Financiamento.

Receita total: é a expressão utilizada pela UTAM para designar a soma do "volume de negócios" com "outras receitas". Na terminologia do SNS correspondendo ao conjunto de rendimentos auferido pela entidade contabilística. Os rendimentos representam um aumento de benefícios económicos futuros relacionado com o aumento dos ativos ou com a diminuição dos passivos e que pode ser quantificado com fiabilidade. Os rendimentos englobam: as Vendas, as Prestações de Serviços, as Variações nos Inventários da Produção, os Trabalhos Para a Própria Entidade, os Subsídios à Exploração, as Reversões, os Ganhos por Aumentos de Justo Valor, os Outros Rendimentos e Ganhos e os Juros e Outros Rendimentos Similares.

Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Capital Próprio: são indicadores de rentabilidade que avaliam o retorno gerado para o acionista face aos volumes do ativo e do capital próprio da entidade, respetivamente, sendo apurados do seguinte modo:

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Resultados Operacionais}}{\text{Ativo}} \quad ; \quad \text{Rentabilidade do Capital Próprio} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$$

Resultado antes de imposto: no caso das empresas financeiras, atenta a sua especificidade, apresenta-se o resultado antes de imposto.

Resultado Líquido: representa a diferença entre os rendimentos e os gastos em cada período.



UTAO | UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL

AV. DOM CARLOS I, N.º 128 A 132 | 1200-651 LISBOA, PORTUGAL

<https://www.parlamento.pt/sites/COM/XIVLeg/5COF/Paginas/utao.aspx>